

⇒ PROJETOS DE LEI APRESENTADOS NESTA SEMANA:

Interesse Setorial

Indústria do Fumo

Foco: Proibição da venda de cigarros

Projeto de Lei nº 1069/2018, de autoria do vereador Dr. Carlos Eduardo, que “Proíbe a venda de cigarros e demais produtos fumígenos nos estabelecimentos que menciona”. Apresentado em 13/12/2018 e distribuído às Comissões de: → Justiça e Redação → Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público → Abastecimento Indústria Comércio e Agricultura → Higiene Saúde Pública e Bem-Estar Social → de Prevenção às Drogas → Direitos da Criança e do Adolescente → e de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira.

Interesse Geral

Foco: Veiculação de propaganda

Projeto de Lei nº 1079/2018, de autoria do vereador Marcelo Arar, que “Permite a veiculação de propaganda nas calçadas das empresas que assumam a responsabilidade pela sua restauração e manutenção”. Apresentado em 07/12/2018 e distribuído às Comissões de: → Justiça e Redação → Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público → Assuntos Urbanos → Obras Públicas e Infraestrutura → Meio Ambiente → Abastecimento Indústria Comércio e Agricultura → e de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira.

⇒ PARECERES PROFERIDOS NAS COMISSÕES TÉCNICAS:

Indústria do Plástico:

APROVADO na Comissão de Administração e Assuntos Ligados ao Servidor Público o parecer favorável do relator, vereador Junior da Lucinha, ao **Projeto de Lei nº 931/2018**, que “Proíbe a comercialização de cotonetes com haste de plástico no município do Rio de Janeiro”.

Indústria da Construção Civil:

APROVADO na Comissão de Obras Públicas e Infraestrutura o parecer favorável do relator, vereador Eliseu Kessler, ao Projeto de Lei nº 851/2018, de autoria do Professor Adalmir, que “Dispõe acerca da implantação de código QR em todas as placas de obras públicas municipais para leitura e fiscalização eletrônica”.

⇒ PROJETO DE LEI APRECIADO PELO PLENÁRIO:

Sessão Plenária
Dia: 11/12/2018

1ª DISCUSSÃO:

APRECIADO o Projeto de Lei Complementar nº 43/2017, do Poder Executivo, que “Institui o Código de Obras e Edificações Simplificado do município do Rio de Janeiro - COES”. Na ocasião as Comissões Técnicas¹ proferiram seus, respectivos, pareceres favoráveis ao PLC. Aprovado o pedido do vereador Cesar Maia que requereu o adiamento da votação da matéria por duas sessões. O PLC retorna a pauta após 48 horas - no dia 13/12/18, mas foi retirado de pauta a pedido do vereador Thiago K. Ribeiro.

APROVADO o Projeto de Lei Complementar nº 45/2018, do Poder Executivo, que “Dispõe sobre o Código de Vigilância Sanitária, Vigilância de Zoonoses e de Inspeção Agropecuária do Município do Rio de Janeiro e Acrescenta dispositivos ao Título V do Livro Primeiro da Lei nº 691, de 24 de dezembro de 1984 - Código Tributário Municipal”. Na ocasião as Comissões Técnicas² proferiram seus, respectivos, pareceres favoráveis ao PLC. A propositura volta em segunda discussão após o intervalo de 48 horas. Retornou à pauta no dia 13/12/18 - a vereadora Rosa Fernandes requereu o adiamento por uma sessão. Apresentação de emendas.

APROVADO o Projeto de Lei nº 737/2018, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a redação dos arts. 13 e 20 e acrescenta um art. 13-A na Lei nº 5.546, de 27 de dezembro de 2012, e dá outras providências” (refere-se ao Fundo Especial da Dívida Ativa - FDIV), com emenda. O Projeto emendado retorna em 2ª discussão, após a publicação da redação do vencido.

¹ Justiça e Redação com parecer pela constitucionalidade. Administração; Assuntos Urbanos; Meio Ambiente; Higiene; Abastecimento; Direitos da Pessoa com Deficiência; Idoso; Transporte; Esporte e Lazer; Obras Públicas; Cultura; Tecnologia; Trabalho; e Defesa Civil.

² Justiça e Redação com parecer pela constitucionalidade. Administração; Higiene; Abastecimento; Tecnologia; Educação; Meio Ambiente; Direitos dos Animais; Consumidor; Assuntos Urbanos; Trabalho; Transporte e Trânsito; e de Orçamento.

2ª DISCUSSÃO:

APROVADO o Projeto de Lei nº 498/2017, de autoria do vereador Zico Bacana, que “Permite ao SAMU e ao Corpo de Bombeiro deslocarem pacientes para hospitais particulares localizados no município do Rio de Janeiro”, ficando dispensada a redação final. **Segue a autógrafa.** (com voto contrário dos vereadores Renato Cinco, Tarcísio Mota, Paulo Pinheiro e Leonel Brizola).

Link para acessar o texto encaminhado a autógrafa

<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/f6d54a9bf09ac233032579de006bfef6/a988e5569d2a99da8325836300639831?OpenDocument>

Sessão Plenária
Dia: 12/12/2018

2ª DISCUSSÃO:

ADIADA a votação do Projeto de Lei nº 894/2018, de autoria do Poder Executivo, que “Altera a redação do caput e do § 1ª do art. 5ª da Lei nº 3.268, de 29 de agosto de 2001, e revoga § 1ª do art. 4ª da Lei 6.179, de 22 de maio de 2017”, por solicitação do vereador Tarcísio Mota. Retornou a pauta no dia 13/12/18 0 - aprovado com emenda, segue a redação final.

Link para acessar a redação final

<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/f6d54a9bf09ac233032579de006bfef6/59ce9496d0b93409832583630051e243?OpenDocument>

APROVADO o Projeto de Lei nº 837/2018, de autoria da vereadora Teresa Bergher, que “Institui o Portal da Transparência Social no âmbito do município do Ri de Janeiro”, **ficando dispensada a redação final. Segue a autógrafa.**

Link para acessar o texto encaminhado a autógrafa

<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/f6d54a9bf09ac233032579de006bfef6/8dce77fd9cebd1aa8325836300604ffb?OpenDocument>

APROVADO o Projeto de Lei nº 848/2018, de autoria dos vereadores Fernando William e outros, que “Dispõe sobre a apresentação de relatório bimestral sobre as obras em andamento ou com prazo de execução suspenso no município do Rio de Janeiro”, **ficando dispensada a redação final. Segue a autógrafa.**

Link para acessar o texto encaminhado a autógrafa

<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1720.nsf/f6d54a9bf09ac233032579de006bfef6/285e53bacdd94f9c832583630063f928?OpenDocument>

1º DISCUSSÃO:

ADIADA a votação do Projeto de Lei nº 1831/2008, de autoria da vereadora Leila do Flamengo, que “Preserva o uso de cinema do espaço utilizado pelo Cine Paissandu”, por **duas sessões a requerimento do vereador Rocal**.

ADIADA a votação do Projeto de Lei Complementar nº 30/2017, de autoria do vereador Renato Cinco, que “Regulamenta o plano municipal de habitação de interesse social para a cidade do Rio de Janeiro e dá outras providências”, por **uma sessão a requerimento do vereador Rocal**.

ADIADA a votação do Projeto de Lei nº 48/2017, de autoria do vereador Zico, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão da responsabilidade das empresas de transporte coletivo e/ou consórcios na instalação de abrigos de ônibus em todas as paradas ao longo das vias, nos editais de contatos assinados, na forma que menciona”, por **uma sessão a requerimento do vereador Rocal**.

Sessão Plenária
Dia: 13/12/2018

2ª DISCUSSÃO:

APROVADO o Projeto de Lei nº 285/2017, de autoria do vereador Dr. Gilberto, que “Insera nos planos de estudos do ensino fundamental das escolas públicas e privadas do município do Rio de Janeiro, conteúdos sobre a Lei Federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha)”, ficando dispensada a redação final. **Segue a autógrafa**.

APROVADO o Projeto de Lei nº 181/2017, de autoria do vereador Prof. Célio Lupporelli, que “Dispõe sobre o direito à meia-entrada para professores da educação básica da rede particular de ensino em estabelecimento e eventos culturais realizados no município do Rio de Janeiro, na forma que menciona”, ficando dispensada a redação final. **Segue a autógrafa**.

Informe Legislativo Estadual – Diretoria Jurídica/GGJ. Publicação semanal da Gerencia Jurídica de Defesa de Interesse Coletivo (GJD). Equipe Técnica: Gerente: Flávia Ayd – Assistentes: Isaura Machado; Reinaldo Oliveira Ferreira Junior e Tatiana Abranches. Informações técnicas e obtenção de cópias das propostas apresentadas neste informe através dos telefones: (21) 2563.2515; fax (21) 2563.4419, ou por e-mail: Isaura@firjan.org.br. Av. Graça Aranha nº 1. Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. As informações citadas nesse informe foram retiradas dos Diários Oficiais dos Poderes Executivo e Legislativo do Município do Rio de Janeiro.